

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

O livro *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* dá continuidade a um esforço de construção do conhecimento científico produzido em Portugal, constituindo-se, sobretudo, como uma ferramenta útil para os estudantes do ensino superior, bem como para os profissionais e técnicos de diferentes áreas, que encontrarão aqui as principais práticas de intervenção para fazer face a um qualquer fenómeno de violência e/ou crime.

“As destacadas académicas e investigadoras Professoras Doutoradas Ana Sani e Sónia Caridade, coordenadoras do livro *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime*, elaboraram um sério, profundo e valiosíssimo livro sobre um dos problemas mais complexos, difíceis e paralelamente mais preocupantes da atualidade. O livro apresenta descrições, análises e reflexões referentes às múltiplas modalidades da violência familiar, e as orientações e recomendações para as intervenções assistenciais.”

Hilda Marchiori, Professora de Criminologia e Vitimologia
na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, *in* Prólogo

“Ana Isabel Sani e Sónia Caridade [...] foram felizes a congregar profissionais e investigadores da Psicologia, da Psiquiatria, do Direito, da Sociologia, do Serviço Social e da Enfermagem, mostrando que nesta área do saber e da prática psicológica as pontes com outros campos do conhecimento são fundamentais e, de facto, existem. [...] Para o futuro, estou certo de que ficará uma obra incontornável que em muito apoiará o trabalho daqueles que estudam, investigam e intervêm na área da Psicologia da Justiça.”

Daniel Rijo, Psicólogo forense e Professor na Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, *in* Prefácio

“Sob a superior coordenação de Ana Isabel Sani e Sónia Caridade, avisadas autoras também, este livro fala-nos das formas de intervenção judicial, psicológica, social e ecológica na prevenção da violência juvenil e do crime praticados entre crianças, por crianças e contra crianças. Estruturado em três partes fundamentais, analisa a Violência e a Vitimação, a Violência e a Agressão e a Violência e algumas respostas institucionais para a evitar.”

Paulo Guerra, Juiz Desembargador e Diretor Adjunto
do Centro de Estudos Judiciários, *in* Posfácio

PACTOR

ISBN 978-989-693-052-3



9 789896 930523

LIDEL

www.pactor.pt

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

Coordenação: Ana Isabel Sani | Sónia Caridade

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

Coordenação:

Ana Isabel Sani | Sónia Caridade

PACTOR

EDIÇÃO

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
pactor@pactor.pt

DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
R. D. Estefânia, 183, R/C Dto. – 1049-057 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
Marketing: marketing@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448 • Fax: +351 213 173 259
livraria@lidel.pt

Copyright © 2016, PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
© Marca registada da FCA – Editora de Informática, Lda.
ISBN edição impressa: 978-989-693-052-3
1.ª edição impressa: fevereiro 2016

Paginação: Carlos Mendes
Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, Lda. – Lousã
Depósito Legal n.º 405473/16
Capa: José Manuel Reis
Imagem de capa: A partir de um original da © Shutterstock

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.pactor.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, *sítio Web*, blogue ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

Os Autores.....	XI
Prólogo	XVII
Hilda Marchiori	
Prefácio.....	XXI
Daniel Rijo	

PARTE I

1

Violência e Vitimação

Capítulo 1

3

Vitimação Múltipla Infantil e Juvenil: Orientações para a Prática Interventiva

Sónia Caridade e Ana Isabel Sani

Introdução	3
Vitimação múltipla infantil e juvenil: dos indicadores de prevalência ao impacto	5
Propostas interventivas na vitimação múltipla infantil e juvenil	9
Ações de caráter preventivo.....	9
Linhas orientadoras para a intervenção clínica	13
Considerações finais	15
Referências.....	15

Capítulo 2

19

Intervenção em Contexto de Acolhimento Institucional com Crianças e Jovens Vítimas de Violência

Ana Isabel Sani e Sónia Caridade

Introdução	19
A violência na vida das crianças e dos jovens.....	21
O acolhimento institucional como resposta oportuna	22
A preparação do dia de acolhimento/da saída.....	22
A primazia da segurança	23
O apoio biopsicossocial à criança e ao jovem	24
O fortalecimento das relações e dos vínculos.....	24
A cooperação entre serviços comunitários e de proteção.....	25
A pertinência das redes sociais pessoais.....	26
Considerações finais	27
Referências.....	28

Capítulo 3

31

Programa Superar: Terapia Cognitivo-Comportamental para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual

Luísa F. Habigzang e Jaluza A. Schneider

Introdução	31
Programa Superar	33
Objetivos e estrutura	33
Aplicação e recortes clínicos.....	36
Considerações finais	41
Referências.....	42

Capítulo 4

45

Terapia Focada nas Emoções com Vítimas de Violência na Intimidade: Uma Proposta de Intervenção Psicológica

João Leal, Sônia Caridade e João Salgado

Introdução	45
Proposta de intervenção experiencial para vítimas com esquemas emocionais desadaptativos.....	48
Princípios e características gerais.....	49
Construtivismo dialético: concepção geral do funcionamento humano	49
As emoções como foco terapêutico.....	50
População-alvo.....	51
Objetivos terapêuticos.....	51
Estratégia interventiva: princípios, intenções, marcadores e tarefas	52
Fases do processo terapêutico	53
Caso prático	58
Considerações finais	64
Referências.....	65

Capítulo 5

69

Proteção à Infância em Situações de Violência Vicariante: Como Avaliar e Promover Competências Parentais?

Dora Pereira e Madalena Alarcão

Introdução	69
O todo e as partes.....	70
O impacto da violência conjugal na parentalidade	72
Estratégias de ação.....	73
A avaliação da capacidade parental	74
Objetivos.....	74
Dimensões e metodologias	75
Caso prático	77
A situação de perigo.....	77
Considerações finais	81
Referências.....	82

Capítulo 6

85

Mediação Familiar: Prática de Intervenção em Contextos de Alienação Parental

Fernanda Molinari e Ana Isabel Sani

Introdução	85
Alienação parental: definições doutrinárias e legislativa.....	86

Definições doutrinárias	86
Definição legal brasileira.....	88
Mediação de conflitos: enquadramento conceptual e princípios norteadores.....	89
Modelos e técnicas de mediação.....	90
Competências autocompositivas	91
Caso prático.....	93
Motivação dos mediandos para a mediação	93
Comunicação após a mediação.....	94
Mudanças emocionais após a mediação	94
Mudanças comportamentais em relação à alienação parental vivenciada.....	94
Considerações finais	95
Referências.....	95

PARTE II**97****Violência e Agressão****Capítulo 7****99****Intervenção em Situações de Violência Filioparental: Análise de Caso de Jovem com Medida de Promoção e Proteção em Acolhimento Institucional**

Neusa Patuleia, Isabel Alberto e Roberto Pereira

Introdução	99
Protocolo de intervenção terapêutica na violência filioparental.....	100
Avaliação diagnóstica.....	100
Intervenção familiar	101
Intervenção individual.....	104
Caso prático.....	106
Considerações finais.....	110
Referências.....	111

Capítulo 8**113****Intervenção junto de Dependentes de Drogas Ilegais: Uma Proposta Integradora Baseada no Biograma**

Laura M. Nunes

Introdução	113
Conceitos e princípios básicos da intervenção nas toxicodependências	114
Princípios norteadores da intervenção nas toxicodependências.....	115
Plano geral de intervenção.....	116
Abordagem cognitivo-comportamental.....	117
Abordagem cognitivo-comportamental suportada pelo uso de novas tecnologias.....	119
Entrevista motivacional.....	119
Contextualização biográfica: o biograma como meio de intervenção	121
A construção do biograma	122
Considerações finais.....	123
Referências.....	124

Capítulo 9

127

Terapia Multissistêmica com Adolescentes Agressores Sexuais (MST-PSB)

Ricardo Barroso, Charles M. Borduin e Richard J. Munsch

Introdução	127
Estratégias de ação.....	131
Fundamentos teóricos da MST-PSB	131
Fundamentos clínicos da MST-PSB	131
Intervenções da MST-PSB.....	132
Princípios de tratamento	133
Eficácia clínica da MST-PSB	136
Modelo de disseminação da MST-PSB.....	138
Implementação	138
Garantia de qualidade.....	138
Caso prático	139
Considerações finais	145
Referências.....	146

Capítulo 10

149

Programas para Agressores: Modificar Comportamentos Abusivos no Âmbito das Relações de Intimidade e Prevenir a Reincidência

Celina Manita e Margarida Matias

Introdução	149
O desenvolvimento dos programas para agressores: breve síntese	151
A evolução da intervenção em agressores em Portugal: breve síntese	155
Programa de Intervenção e Prevenção da Violência em Agressores Conjugais do Gabinete de Estudos e de Atendimento a Agressores e Vítimas.....	156
Caso prático	158
Considerações finais	161
Referências.....	162

PARTE III

165

Violência e Respostas Institucionais

Capítulo 11

167

Tráfico de Seres Humanos: Práticas de Intervenção para a Prevenção

Ana Rial, Inês Vouga, Cristiano Nogueira, Tânia Cruz, Rita Moreira e Ana Campos

Introdução	167
“A escravidão dos tempos modernos”	168
Evolução legislativa nacional.....	169
Estruturas e serviços para o combate ao TSH e assistência às suas vítimas	170
Realidade atual e caminhos a seguir	171
A intervenção através do projeto “TSH: Prova que não cais nesta rede!”	172
Investigação-ação	173
Ações de (in)formação nos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)	173
Ações de (in)formação nas instituições do ensino superior	173

Ações de (in)formação nas escolas secundárias	174
Produção de ferramentas de trabalho e de material de divulgação do fenómeno ..	174
Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 12

177

Filosofia de Atuação da Associação Projecto Criar

Leonor Valente Monteiro e Patrícia da Costa Neto

Introdução	177
Estratégias de ação.....	180
Parcerias e sensibilização	180
Ações de informação e sensibilização	181
Atuação no apoio às vítimas	181
Suspensão provisória do processo-crime de violência doméstica.....	183
Do apoio judiciário	184
Do preenchimento dos formulários de apoio judiciário	185
A necessidade de nomeação do/a mesmo/a advogado/a para todos os processos judiciais da vítima	185
Da isenção de taxas de justiça para associações de apoio às vítimas de violência doméstica e da sua constituição como assistente nos processos-crime	187
Do apoio às crianças.....	187
Considerações finais	188
Referências.....	189

Capítulo 13

191

Contributos para a Compreensão e Transformação do Sistema de Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Portugal

João Belchior e Celina Manita

Introdução	191
A casa de abrigo como elemento institucional visível do fenómeno vitimológico.....	192
A progressiva construção do sistema de acolhimento português.....	193
As casas de abrigo como vetor central do sistema português.....	197
As limitações e a necessidade de complexificar	199
Considerações finais	202
Referências.....	203

Capítulo 14

205

Violência e Envelhecimento: Compreender para Intervir

Manuel José Lopes e Maria Laurência Gemitó

Introdução	205
Estratégias de ação.....	210
Uma forma de intervenção no combate à violência: a Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora (RIIDE).....	212
Considerações finais	217
Referências.....	217

Famílias Multiproblemáticas: Estratégias para Uma Intervenção Psicossocial

Madalena Sofia Oliveira

Introdução	221
Famílias multiproblemáticas: conceptualizações.....	221
Organização e funcionamento familiar.....	223
Estratégias de intervenção com famílias multiproblemáticas.....	224
Processo de intervenção.....	226
Caso prático.....	227
Considerações finais.....	228
Referências.....	229
Posfácio	231
Paulo Guerra	
Índice Remissivo	237

Coordenadoras e Autoras

Ana Isabel Sani

Doutorada em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho (UM). Professora Associada da Universidade Fernando Pessoa (UFP). Coordenadora do Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime, Cooordenadora da Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP e perita forense. Investigadora no Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da UFP. Membro integrado externo do Centro de Investigação em Estudos da Criança na UM. Autora de várias publicações nacionais e internacionais.

Sónia Caridade

Licenciada, Pós-Graduada e Doutorada em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Cooordenadora da Unidade de Psicologia Forense da Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP e perita forense. Investigadora no Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da UFP. Autora de diversas publicações, nacionais e internacionais, na área da Psicologia da Justiça.

Autores

Ana Campos

Licenciada em Criminologia pela Universidade do Porto. Estágio académico na Direção-Geral de Reinserção Social (núcleo de apoio técnico). Certificação de competências pedagógicas para o exercício da atividade de formador. Técnica superior na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Gondomar. Colaboradora e mediadora para o tráfico de seres humanos (TSH) no âmbito do projeto “TSH: prova que não cais nesta rede” (InComunidade).

Ana Rial

Licenciada em Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). Técnica avaliadora/formadora pela Universidade Católica Portuguesa – Porto em projetos de cooperação para o desenvolvimento em Angola e Moçambique. Frequentou a formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate ao tráfico de seres humanos (TSH) e no apoio às suas vítimas (30 horas) pela Associação para o Planeamento da Família (APF). Fundadora e Presidente da Direção da InComunidade, e mediadora para o TSH no âmbito do projeto “TSH: prova que não cais nesta rede” (InComunidade).

Celina Manita

Professora Associada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde obteve a Licenciatura e o Doutoramento em Psicologia. Diretora do Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV), onde desempe-

nha, também, as funções de psicóloga e de perita forense. Tem desenvolvido e coordenado projetos de investigação nas áreas de criminalidade, vitimação, violência, avaliação psicológica forense, entre outras. Tem publicações diversas, nacionais e internacionais, nestas áreas.

Charles M. Borduin

Professor de Psicologia na Universidade do Missouri (EUA) e Diretor do Projeto de Delinquência do Missouri. É o precursor da terapia multissistêmica para adolescentes agressores sexuais. Tem publicado amplamente sobre o desenvolvimento de serviços de saúde mental para jovens. Consultor nacional e internacional de agências governamentais e privadas sobre reorganização de serviços de saúde mental com crianças e jovens.

Cristiano Nogueira

Licenciado e Mestre em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), e Pós-Graduado em Ciências Forenses, Investigação Criminal e Comportamento Desviante pelo Instituto CRIAP. Integra a equipa de investigação do Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da UFP. Cofundador e sócio da Associação Portuguesa de Criminologia. Formador de profissionais de segurança privada. Participante em eventos científicos nacionais e internacionais. Mediador para o tráfico de seres humanos (TSH) no âmbito do projeto “TSH: prova que não cais nesta rede” (InComunidade). Foi docente da disciplina de Crime e Questões de Segurança na Universidade Sénior de Arte e Cultura do Porto (USAC-Porto).

Dora Pereira

Licenciada em Psicologia, Mestre em Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental e Sistêmica, e Doutorada em Psicologia Clínica – especialidade de Psicologia da Família e Intervenção Familiar – pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira. As investigações desenvolvidas incidiram na compreensão e avaliação da parentalidade no contexto da proteção à infância. Terapeuta familiar, mediadora familiar, e formadora na área dos maus-tratos infantis e intervenção com famílias em situação de risco psicossocial.

Fernanda Molinari

Doutorada em Ciências Sociais, especialidade de Psicologia, tendo desenvolvido a dissertação na linha de investigação em Psicologia Forense e do Testemunho. Advogada. Mediadora de Conflitos. Psicanalista Clínica. Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). MBA em Direito Civil e Processo Civil pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Vice-Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) do Rio Grande do Sul e Coordenadora da Comissão de Mediação. Coordenadora do Núcleo de Mediação em Contextos de Alienação Parental da Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação (CLIP). Membro do Centro de Investigação em Estudos da Criança, na Universidade do Minho.

Inês Vouga

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Mestre em Economia Social pela Universidade Católica Portuguesa – Porto. Vice-Presidente da Direção da InComunidade. Mediadora para o tráfico de seres humanos (TSH) no âmbito do

projeto “TSH: prova que não cais nesta rede” (InComunidade). Frequentou a formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate ao TSH e no apoio às suas vítimas (30 horas) pela Associação para o Planeamento da Família (APF).

Isabel Alberto

Licenciada e Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde é Professora Auxiliar. Membro do Centro de Ciências Forenses (CENCIFOR). Docência, investigação e prática clínica na área da violência ao longo do ciclo evolutivo da família e na regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Jaluz A. Schneider

Licenciada em Psicologia e Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Desenvolve a atividade de psicóloga clínica, seguindo a abordagem cognitivo-comportamental. Colaboradora voluntária do Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas (GPeVVIC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e colaboradora do grupo de pesquisa Intervenções Cognitivo-Comportamentais: Ensino e Pesquisa (ICCEP) da UNISINOS.

João Belchior

Licenciado e Doutorado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Técnico superior da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), onde tem desenvolvido trabalho na área da intervenção social, tendo feito parte da equipa inicial da Casa de Santo António – Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

João Leal

Licenciado em Psicologia e Mestre em Psicologia Jurídica pela Universidade Fernando Pessoa (UFP). Doutorando em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica, no Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Psicólogo na Clínica Pedagógica de Psicologia da UFP. Desenvolve investigação no âmbito da intervenção com vítimas de violência conjugal e colabora como investigador no Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da UFP.

João Salgado

Licenciado pela Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto (UP) e Doutorado pela Universidade do Minho. Professor Auxiliar no Instituto Universitário da Maia (ISMAI), onde coordena o Programa de Doutoramento em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica, bem como o serviço de consulta psicológica. No ISMAI, dirige ainda o Laboratório de Investigação em Psicoterapia, estrutura integrante do Centro de Psicologia da UP. Teve formação e supervisão em Psicoterapia Cognitiva e Construtivista e em Terapia Focada nas Emoções. Os seus trabalhos empíricos têm incidido na investigação em Psicoterapia, com particular destaque para a Terapia Focada nas Emoções. Mantém ainda trabalhos de índole mais teórica em torno de modelos inspirados na corrente dialógica.

Laura M. Nunes

Doutorada em Ciências Sociais/Psicologia/Delinquência pela Universidade Fernando Pessoa, onde é Docente e Coordenadora do Observatório Permanente Violência e

Crime (OPVC). Conta com a publicação de vários artigos científicos, nacionais e internacionais, e é autora de oito livros publicados nos panoramas nacional e internacional.

Leonor Valente Monteiro

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Pós-Graduada em Direito da União Europeia pela Faculdade de Direito da Universidade do Minho e MBA pela Escola de Gestão Empresarial da Universidade Católica Portuguesa. Advogada, juíza social na Comarca do Porto, Vogal da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, fundadora e Coordenadora-Geral da Associação Projecto Criar, e membro da Direção Regional do Norte da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Vencedora do prémio Lopes Cardoso, atribuído pela Ordem dos Advogados.

Luísa F. Habigzang

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre e Doutorada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Violência, Vulnerabilidade e Intervenções Clínicas (GPeVVIC) da PUCRS, Supervisora do Núcleo de Psicologia Jurídica do Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia (Napsijur/SAPP/PUCRS). Cooordenadora do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) Tecnologia Social e Inovação: Intervenções psicológicas e práticas forenses contra a violência. Editora associada das revistas *Psico* e *Temas em Psicologia*. Foi membro honorário da *International Society for Prevention of Child Abuse & Neglect* (ISPCAN).

Madalena Alarcão

Licenciada em Psicologia e Doutorada em Psicologia Clínica. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES). Terapeuta familiar e membro supervisor da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar. Adotando uma perspetiva sistémica, tem investigado nas áreas da educação parental, das competências parentais, da violência familiar, das redes sociais e do processo terapêutico. Tem lecionado na área da sistémica e da intervenção sistémica e familiar.

Madalena Sofia Oliveira

Doutorada em Ciências Sociais, especialidade de Psicologia, pela Universidade Fernando Pessoa, tendo desenvolvido a dissertação na linha de investigação em Vitimologia, e licenciada em Serviço Social pela mesma Universidade. Mestre em Ciências Forenses pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Tem-se dedicado às atividades de docência e investigação no âmbito da Vitimologia e do Serviço Social Forense, com destaque para o estudo da transmissão intergeracional da violência e da violência nas relações de intimidade juvenis. É juíza social, consultora e Coordenadora do serviço social forense na Associação Portuguesa de Ciências Forenses. Tem apresentado e publicado diversos trabalhos em encontros nacionais e internacionais.

Manuel José Lopes

Doutorado em Ciências de Enfermagem. Professor Coordenador e Diretor da Escola Superior de Enfermagem de S. João de Deus da Universidade de Évora. Vogal do Conselho

de Gestão da Universidade de Évora, Coordenador do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, e Coordenador do Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Saúde.

Margarida Matias

Mestre em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Está atualmente a desenvolver a sua investigação de Doutoramento em Psicologia na área da intervenção com agressores de violência conjugal. É psicóloga e perita forense no Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV) desde 2008.

Maria Laurência Gemito

Doutorada em Sociologia. Enfermeira Especialista em Enfermagem na Comunidade – Gerontologia e Geriatria. Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem de S. João de Deus da Universidade de Évora. Investigadora no Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Saúde.

Neusa Patuleia

Licenciada e Doutoranda em Psicologia Clínica: Psicologia da Família e Intervenção Familiar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Terapeuta familiar na Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar (SPTF). Prática clínica na prevenção e intervenção nos maus-tratos e violência com crianças, jovens e famílias em meio natural de vida e em acolhimento institucional. Desenvolve investigação na área da violência filio-parental.

Patrícia da Costa Neto

Licenciada e Mestre em Direito com estudos aprofundados nas áreas de direitos das crianças, violência de género e discriminação. Advogada com especial prática na área dos direitos humanos. Antiga Coordenadora do Gabinete MIME – Projecto de Apoio a Crianças e Mulheres Imigrantes e Minorias Étnicas. Coautora do *Manual de Boas Práticas para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* e autora do *Manual Conhecer, Compreender e Ajudar a Erradicar – CCAE*, sobre mutilação genital feminina e discriminação.

Ricardo Barroso

Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os seus trabalhos de investigação centram-se no estudo de comportamentos violentos, em especial na análise das características e especificidades dos agressores. Consultor nacional e internacional de entidades governamentais e privadas sobre processos de avaliação e de intervenção psicológica com adolescentes agressores sexuais.

Richard J. Munsch

Diretor do Treino Clínico da *MST Associates*, a organização responsável pela disseminação da terapia multissistémica para adolescentes agressores sexuais. Membro recente do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Universidade de Connecticut (EUA). Consultor nacional e internacional de agências governamentais e privadas sobre a implementação de tratamentos baseados na evidência para adolescentes.

Rita Moreira

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Colaboradora da Associação para o Planeamento da Família (APF) Norte, onde desempenha funções de coordenação da Equipa Multidisciplinar do Norte para a Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH). Técnica responsável pela fase 3 do projeto Cooperação – Acção – Investigação – Mundivisão (CAIM) (projeto-piloto sobre TSH em Portugal), assim como pela revisão das publicações desenvolvidas no âmbito do mesmo. Psicóloga no Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) para mulheres vítimas de TSH e seus filhos menores, e formadora de agentes qualificados com intervenção direta ou indireta sobre este fenómeno.

Roberto Pereira

Médico psiquiatra e Chefe da Unidade de Saúde Mental no Serviço de Saúde Vasco. Psicoterapeuta familiar e de casal. Docente Supervisor creditado pela *Federación Española de Asociaciones de Terapia Familiar* (FEATF) e pela *Federación Española de Asociaciones de Psicoterapeutas* (FEAP), Diretor do Euskarri – Centro de Intervenção em Violência Filioparental e Diretor da Escola Vasco-Navarra de Terapia Familiar. Vice-Presidente da Sociedade Espanhola para o Estudo da Violência Filioparental.

Tânia Cruz

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Mestre em Direito, ramo de Ciências Jurídico-Criminais, pela Universidade Lusíada do Porto, onde desenvolve a Dissertação de Mestrado sobre o crime de tráfico de pessoas e a prova. Mediadora para o tráfico de seres humanos (TSH) no âmbito do projeto “TSH: prova que não cais nesta rede” (InComunidade).

1

Vitimação Múltipla Infantil e Juvenil: Orientações para a Prática Interventiva

Sónia Caridade e Ana Isabel Sani

Palavras-chave:

Vitimação múltipla

Crianças

Jovens

Estratégias
interventivas

A investigação vitimológica infantil e juvenil tem vindo a aumentar consideravelmente, o que tem permitido desenvolvimentos importantes nas políticas de intervenção nesta área. Contudo, e decorrente da tendência registada na investigação neste domínio, os esforços interventivos tendem a privilegiar formas particulares de vitimação individual (e.g., abuso sexual, maus-tratos infantis, *bullying*, exposição à violência doméstica, etc.), negligenciando-se uma abordagem destes fenómenos ao longo da vida, ou seja, o facto de as crianças e os jovens poderem experienciar diferentes eventos traumáticos ao longo da sua vida e em diferentes contextos (casa, escola, comunidade). Ao longo deste capítulo, procuraremos dar a conhecer a evolução da investigação neste domínio, apresentar alguns indicadores de prevalência da vitimação múltipla infantil e juvenil, bem como refletir sobre o impacto que a experiência de múltiplas formas de violência poderá ter nesta população. A partir destas evidências científicas, procuraremos analisar e discutir as principais estratégias de intervenção a adotar com este tipo de vítimas.

Introdução

A investigação em torno da vitimação infantil e juvenil tem vindo a aumentar consideravelmente, existindo, hoje, um conhecimento sólido, sobretudo, no que respeita à prevalência, às dinâmicas abusivas e ao impacto de diversas formas de vitimação, o que tem conduzido à emergência de importantes estratégias interventivas neste domínio. Todavia, a maioria dos estudos internacionais e das políticas de intervenção centra-se em formas particulares de vitimação individual, tais como o abuso sexual, os maus-tratos físicos, o *bullying* e a exposição à violência doméstica/interparental (Finkelhor Ormrod, Turner, & Hamby, 2005c).

Em Portugal, a investigação nesta área tem seguido trajetórias semelhantes, verificando-se igualmente um privilegiar de estudos centrados em formas específicas de vitimação, mais concretamente, na exposição à violência doméstica/interparental (e.g., Sani, 2002, 2004, 2008, 2011), nos maus-tratos infantis (e.g., Alberto, 2004, 2014), na agressão sexual (e.g., Antunes, 2010; Magalhães, 2010), no *bullying* (e.g., Matos, Simões, Gaspar, & Equipa do Projecto Aventura Social, 2010), no *stalking* (Grangeia & Matos, 2011), na violência sexual (Martins & Machado, 2010) ou, ainda, na violência no

namoro (Caridade, 2011; Machado, Caridade, & Martins, 2010; Oliveira, 2014; Paiva & Figueiredo, 2004).

Na globalidade, estes diferentes estudos têm procurado, essencialmente, descrever a prevalência dos diferentes fenómenos num determinado período de vida (e.g., últimos 6 meses, últimos 12 meses) e analisar o impacto individual destas formas de vitimação nas crianças e/ou jovens. Tem sido, contudo, negligenciada uma abordagem destes fenómenos ao longo da vida, ou seja, o facto de as crianças e os jovens poderem experienciar diferentes eventos traumáticos ao longo da sua vida e em diferentes contextos (casa, escola, comunidade), como está comprovado por inúmeros estudos internacionais desenvolvidos nos Estados Unidos, muito por impulso dos trabalhos levados a cabo por Finkelhor e seus colaboradores (e.g., 2005a; 2005b; 2007a; 2007b; 2009a; Turner, Finkelhor, & Ormrod, 2010). Efetivamente, as evidências científicas apuradas por estes autores documentam que as crianças e os jovens constituem um grupo vulnerável para a experiência de vitimação múltipla e de eventos traumáticos, o que, por sua vez, surge associado à experiência de mais sintomas severos e de elevado trauma (Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2007; Turner et al., 2010). Neste sentido, Finkelhor e seus colaboradores (2005a) propõem o termo de polivitimação para designar a exposição cumulativa de diferentes tipos de abuso (quatro ou mais – e.g., abuso sexual, abuso físico, *bullying*, exposição à violência familiar) e sintomatologia traumática. No entanto, persistem na literatura diferentes terminologias para definir e conceptualizar o fenómeno, repercutindo-se numa grande variabilidade a nível das taxas de prevalência (Caridade, Conde, Matos, & Gonçalves, 2014).

Face a estas evidências científicas, tem sido defendido que a focalização num único tipo de abuso acarreta limitações na abordagem ao fenómeno de vitimação:

- Desde logo, porque não permite traçar adequadamente os perfis de vitimação e, como tal, não possibilita avaliar adequadamente o risco das crianças e dos jovens para experienciarem diferentes tipos de abuso (Finkelhor et al., 2007c);
- A centração em formas particulares de vitimação poderá também conduzir a uma sobrestimação grave do impacto das experiências de vitimação individuais, na medida em que os resultados podem estar relacionados com outras experiências de vitimação ou com a sua co-ocorrência, e não com eventos de vitimação individual;
- Por último, tem sido igualmente defendido que esta abordagem fragmentada dificulta a identificação das crianças/jovens mais vitimados, os quais apresentam um elevado risco para o desenvolvimento de problemas mentais e que carecem de intervenção imediata e específica (Turner et al., 2010).

Em Portugal, a investigação em torno da vitimação múltipla encontra-se ainda numa fase muito incipiente, conhecendo-se apenas um projeto de investigação neste âmbito (“Vitimação múltipla em mulheres socialmente excluídas: interseção de significados e trajetórias de mudança”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT), mas que se centra essencialmente na vitimação múltipla de mulheres socialmente excluídas, tendo dado origem a alguns trabalhos neste sentido (e.g., Caridade et al., 2014; Fernandes, 2013; Gonçalves, 2013). Urge, portanto, o desenvolvimento de estu-

5

Proteção à Infância em Situações de Violência Vicariante: Como Avaliar e Promover Competências Parentais?

Dora Pereira e Madalena Alarcão

Palavras-chave:

Avaliação
Capacidade parental
Competências parentais
Violência vicariante
Proteção de crianças e jovens

A exposição das crianças à violência doméstica evidencia a necessidade de articulação entre os profissionais do sistema de proteção à infância e do apoio às vítimas adultas. A partir de um referencial ecológico e sistémico e da análise do caso de uma criança acolhida em Centro de Acolhimento Temporário (CAT), este capítulo propõe um olhar renovado sobre as práticas de intervenção com pais de crianças vítimas de violência vicariante, mais especificamente sobre as possibilidades suscitadas pela avaliação da capacidade parental.

Introdução

As situações de violência conjugal, habitualmente designadas por violência doméstica, exigem a intervenção articulada das forças de segurança, de profissionais da área psicossocial que trabalham com vítimas e agressores, do sistema judicial e, também, de profissionais da proteção à infância. Abordar a questão da criança no quadro da(s) violência(s) conjugal(ais) implica a articulação entre a prevenção e a proteção (Déroff & Potin, 2013), embora tal não seja objeto de uma abordagem integrada e consensual. É frequentemente privilegiado o olhar sobre a vítima adulta, pressupondo-se que a eliminação da violência é condição única e suficiente para a garantia da funcionalidade familiar e da proteção da criança. A articulação entre intervenções focadas na proteção das vítimas de agressão (como os acolhimentos institucionais para mulheres vítimas de violência) e as focadas na proteção das crianças e jovens nem sempre é clara. Por, muitas vezes, a criança não ser o alvo direto das agressões, a exposição à violência familiar suscita dúvidas sobre se constitui, ou não, uma situação de perigo. Não é estranho a esta questão o facto de só recentemente a violência vicariante/exposição à violência familiar ser considerada uma forma de mau-trato psicológico (Committee on the Rights of the Child, 2011), surgindo instrumentos que se destinam especificamente a avaliar a gravidade do seu impacto (Arruabarrena, De Paul, Indias, & Ullate, 2013). No nosso país, foram os trabalhos de Ana Sani os primeiros a sublinhar o efeito nocivo deste tipo de violência (Sani, 1999, 2002). O relatório de atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de 2013 (Equipa técnica da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco – CNPCJ, 2013) indica que, nesse ano, a **exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança**, na qual as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens integram os casos de violência vicariante, foi a problemática mais frequentemente diag-

nosticada, correspondendo a 23,8% das situações. Contudo, a CNPCJ salienta que o número de situações sinalizadas foi muito superior ao de situações diagnosticadas, explicitando que tal diferença se deve ao facto de, frequentemente, os pais não darem consentimento para a intervenção, o que exige que o processo transite para Tribunal e evidencia a dificuldade de intervir em função da criança em contextos desta natureza.

Ao longo das últimas décadas, a investigação tem vindo a documentar o impacto negativo da exposição a situações de violência familiar no desenvolvimento da criança (Barlow, 2014; Carpenter & Stacks, 2009; Dixon & Graham-Kevan, 2011; Holt, Buckley, & Whelan, 2008; Sani, 2002) e no exercício da parentalidade (Cleaver, Unell, & Aldgate, 2011; Cohen, Hien, & Batchelder, 2008), tornando incontornável que se considere que, em tais circunstâncias, a criança está numa situação de risco. Em Portugal, a norma legal, nomeadamente a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações impostas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto), impõe a consideração de tais situações como sendo de perigo (capítulo I, artigo 3.º, alínea e), obrigando a avaliar se a parentalidade está, ou não, a ser exercida de forma minimamente adequada e se o pode vir a ser no futuro (Pereira & Alarcão, 2014).

Partindo da análise de caso de uma criança acolhida em CAT e adotando um referencial ecológico e sistémico, revisitam-se as práticas de intervenção com pais de crianças expostas a situações de violência conjugal, mais especificamente sobre as potencialidades suscitadas pela avaliação da capacidade parental.

O todo e as partes

A adoção de um referencial epistemológico sistémico no estudo de questões tão complexas como a parentalidade, os maus-tratos infantis ou a violência tende a ser um lugar-comum no discurso dos profissionais. É consensual que um sistema é mais do que a soma das suas partes e que o pensamento sistémico se aprofunda numa causalidade circular que se movimenta continuamente entre o todo e os seus elementos ou entre objetos e relações (Capra, 1996), compreendendo hologramaticamente o padrão que os liga e espelhando a complexidade de interações entre subsistemas. Contudo, constata-se um hiato com a prática quando se continua à procura de uma explicação linear para os fenómenos sociais ou se aplicam programas de intervenção sem se considerar nem compreender a especificidade dos contextos em que são desenvolvidos e/ou de quem os integra.

Como refere Capra (1996), uma das características dos sistemas vivos é tenderem a formar estruturas multinível, de sistemas dentro de sistemas. O modelo ecológico de Bronfenbrenner (1999) espelha exatamente esta organização. Perante esta complexidade organizada, requer-se que os profissionais que intervêm nos sistemas sociais façam constantemente um exercício de integração que consiste em reconhecer cada nível de complexidade (e.g., díade vs. família) como distinto, ainda que inter-relacionado, e redirecionar a sua atenção para níveis diferentes conforme for requerido (Kozłowska & Hanney, 2002). Para tal, é necessário utilizar múltiplos modelos compreensivos cuja coexistência “é comum no estudo dos fenómenos complexos e é fundamental para pensar sistemicamente” (Kozłowska & Hanney, 2002, p. 293).

9

Terapia Multissistêmica com Adolescentes Agressores Sexuais (MST-PSB)

Ricardo Barroso, Charles M. Borduin e
Richard J. Munsch

Palavras-chave:

Adolescentes
agressores sexuais

Violência sexual
juvenil

Terapia
multissistêmica

De um modo geral, os investigadores e profissionais no terreno têm centrado mais a sua atenção em agressores sexuais adultos, emergindo, nos últimos anos, um maior interesse pela análise das especificidades associadas aos delitos sexuais cometidos por jovens menores de 18 anos. Os dados estatísticos sugerem que cerca de 20% das violações e entre 30% a 50% dos abusos sexuais de menores podem ser atribuídos a agressores adolescentes. Vários estudos têm salientado que, para além da importância da responsabilização do agressor, é crucial uma ação interventiva de modo a prevenir o risco de reincidência de agressão sexual e/ou não sexual. A terapia multissistêmica para adolescentes agressores sexuais (*multisystemic therapy for youths with problem sexual behaviors* – MST-PSB), que decorre de trabalhos prévios da terapia multissistêmica para problemas de comportamento (*multisystemic therapy* – MST), é um dos poucos modelos interventivos baseados na evidência nesta área específica e cujos resultados, através de estudos clínicos controlados e randomizados (RCT), demonstraram eficácia na prevenção da reincidência de agressões sexuais e não sexuais cometidas por adolescentes.

Introdução

Embora seja uma transgressão tipicamente associada a agressores adultos, nos últimos anos, alguns estudos evidenciaram que uma parte significativa dos abusos sexuais é cometida por jovens menores de 18 anos (Barbaree & Marshall, 2006). Internacionalmente, os dados sugerem que cerca de 20% das agressões sexuais e entre 30% a 50% dos abusos sexuais de menores podem ser atribuídos a agressores adolescentes (Pullman & Seto, 2014). Resultados semelhantes foram encontrados em estudos feitos em Portugal (Barroso, Leite, Manita, & Nobre, 2011). Dados de 2015 da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) (Ministério da Justiça) permitem verificar que, em Portugal, nos últimos 10 anos, entre 15% a 37% de todas as violações e entre 10% a 23% de todos os abusos sexuais de crianças foram cometidos por adolescentes.

Durante décadas, subsistiu a convicção de que muitos destes comportamentos sexuais abusivos cometidos por menores de idade eram justificados pela fase desenvolvimental em que se encontravam, acabando por ser, amiúde, minimizados. Contudo, a partir do começo da década de 90 do século XX, em particular, nos contextos norte-americano e

canadiano, surgiu um crescente interesse pelo estudo das características destes jovens agressores por parte de diversos investigadores, profissionais e até pelo poder legislativo (Barbaree & Marshall, 2006). Esta atenção decorreu não só do crescente empenho profissional na reparação do dano provocado às vítimas e na imputação das responsabilidades dos crimes aos seus autores, como também do facto de alguns estudos começarem a apresentar resultados indicativos de que muitos dos agressores sexuais adultos tinham iniciado o seu comportamento agressor durante a adolescência (Abbey, Parkhill, BeShears, Clinton-Sherrod, & Zawacki, 2006).

Assim, de um modo geral, os investigadores têm centrado mais a sua atenção na população de agressores sexuais adultos, emergindo, nos últimos anos, um maior interesse pela análise das especificidades associadas aos delitos sexuais perpetrados no período da adolescência. Trata-se de um período desenvolvimental caracterizado por uma diversidade de aquisições, de comportamentos, de processos de autodefinição e de construção da ação no mundo e na relação com os outros, sendo também marcado pela exploração e pela curiosidade sexual e pela procura das primeiras relações de intimidade, o que leva a que os comportamentos sejam, nesta faixa etária, difíceis de classificar. Em algumas ocasiões, pode ser mesmo difícil definir o que é a atividade sexual normativa nesta faixa etária. Não obstante, o principal critério diferenciador dos atos sexuais abusivos nestas idades acaba por ser, à semelhança do que acontece com os adultos, o facto de um menor praticar um ato sexual com outra pessoa (de qualquer idade), sem o seu consentimento ou contra a sua vontade e de forma agressiva, manipuladora ou ameaçadora para as vítimas. A Associação Internacional para o Tratamento de Agressores Sexuais (IATSO) define um jovem agressor sexual como alguém com uma idade compreendida entre os 12 e os 18 anos que tenha sido oficialmente acusado de um crime sexual, e/ou tenha realizado um ato que poderia ser legalmente considerado um crime sexual e/ou tenha cometido alguma forma de abuso sexual ou comportamento sexualmente agressivo (Miner et al., 2006). Na legislação portuguesa, estes delitos são denominados crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual.

Como refere Rich (2003), os atos que poderão constituir um abuso sexual poderão passar, por um lado, por aquilo que a denominação inglesa designa por *hands-on*, ou seja, copulação oral ou peniana, introdução digital ou de objetos na vagina ou ânus ou, então, pelos comportamentos qualificados por *hands-off*, isto é, atos exibicionistas, voyeuristas ou frotteuristas. No entanto, a definição dos atos que constituem estes abusos não podem ser apenas de âmbito comportamental, tendo de se ter em consideração os relacionamentos, as dinâmicas e o impacto dos mesmos, porque muitos dos atos poderão não ser abusivos. Neste sentido, segundo Ryan (2012), na avaliação do abuso sexual de crianças, quando os adultos abusam de uma criança, a diferença de idades e o comportamento são suficientes para definir o problema. Contudo, quando as interações sexuais envolvem dois jovens, os critérios de idade e de comportamento são geralmente inadequados, sendo necessários mais elementos avaliativos, em especial, quanto mais as idades entre ambos se estreitam e menos intrusivos ou agressivos se tornam os comportamentos. Deste modo, alguns autores (Barbaree & Marshall, 2006; Rich, 2003) afirmam que os fatores que definem a presença ou a ausência de abuso sexual e a natureza da interação e do relacionamento em causa são o consentimento, a igualdade e a coerção. Por consentimento entende-se um acordo ou um acordo implícito, em que a pessoa que consente deverá possuir:

11

Tráfico de Seres Humanos: Práticas de Intervenção para a Prevenção

Ana Rial, Inês Vouga, Cristiano Nogueira,
Tânia Cruz, Rita Moreira e Ana Campos

Palavras-chave:

Tráfico de seres humanos

Prevenção

Intervenção

No presente capítulo pretende-se enquadrar a situação de Portugal no que respeita ao fenómeno do tráfico de seres humanos, pon-do em evidência as conquistas que têm sido feitas no âmbito do combate a este crime e da assistência às suas vítimas. Dar-se-á especial destaque ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por uma organização social, a InComunidade, no âmbito da prevenção através do projeto “TSH: Prova que não caís nesta rede!”. Num primeiro momento, será feita a caracterização do fenómeno, definindo-se a sua origem histórica e o modo como se consubstan- cia na atual sociedade ocidental. Neste sentido, será referida a evo- lução legal do tráfico humano, clarificando-se o modo como este ilícito penal se efetiva nos diplomas legais atuais. Será, ainda, apre- sentada uma caracterização das estruturas e dos serviços para a assistência às suas vítimas, assim como respostas existentes no âmbito da prevenção e da formação. Para finalizar, será apresen- tado o projeto de intervenção referido, explorando-se, então, uma prática diversificada e cientificamente sustentada.

Introdução

O tráfico de seres humanos (TSH) constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos fundamentais. É uma realidade complexa, na maioria dos casos transnacional, desenvolvida, quase sempre, por redes de criminalidade organizada, que se “alimentam” das vulnerabilidades e das fragilidades das pessoas traficadas.

Entre as principais causas que fomentam este fenómeno estão as situações de po- breza, exclusão social e económica, e as desigualdades sociais e de oportunidades. Fatores associados à violência de género, a reduzidos níveis de escolaridade, de empo- deramento ou de informação sobre o crime em específico contribuem, em larga escala, para facilitar angariações fraudulentas para a exploração das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Estes processos de vitimação podem assumir vários contornos: tráfico de cariz trans- nacional ou tráfico interno, e exploração para fins sexuais, laborais, da mendicidade for- çada ou para a prática de criminalidade, entre outros (III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017).

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

O livro *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* dá continuidade a um esforço de construção do conhecimento científico produzido em Portugal, constituindo-se, sobretudo, como uma ferramenta útil para os estudantes do ensino superior, bem como para os profissionais e técnicos de diferentes áreas, que encontrarão aqui as principais práticas de intervenção para fazer face a um qualquer fenómeno de violência e/ou crime.

“As destacadas académicas e investigadoras Professoras Doutoradas Ana Sani e Sónia Caridade, coordenadoras do livro *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime*, elaboraram um sério, profundo e valiosíssimo livro sobre um dos problemas mais complexos, difíceis e paralelamente mais preocupantes da atualidade. O livro apresenta descrições, análises e reflexões referentes às múltiplas modalidades da violência familiar, e as orientações e recomendações para as intervenções assistenciais.”

Hilda Marchiori, Professora de Criminologia e Vitimologia
na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, in *Prólogo*

“Ana Isabel Sani e Sónia Caridade [...] foram felizes a congregar profissionais e investigadores da Psicologia, da Psiquiatria, do Direito, da Sociologia, do Serviço Social e da Enfermagem, mostrando que nesta área do saber e da prática psicológica as pontes com outros campos do conhecimento são fundamentais e, de facto, existem. [...] Para o futuro, estou certo de que ficará uma obra incontornável que em muito apoiará o trabalho daqueles que estudam, investigam e intervêm na área da Psicologia da Justiça.”

Daniel Rijo, Psicólogo forense e Professor na Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, in *Prefácio*

“Sob a superior coordenação de Ana Isabel Sani e Sónia Caridade, avisadas autoras também, este livro fala-nos das formas de intervenção judicial, psicológica, social e ecológica na prevenção da violência juvenil e do crime praticados entre crianças, por crianças e contra crianças. Estruturado em três partes fundamentais, analisa a Violência e a Vitimação, a Violência e a Agressão e a Violência e algumas respostas institucionais para a evitar.”

Paulo Guerra, Juiz Desembargador e Diretor Adjunto
do Centro de Estudos Judiciários, in *Posfácio*

PACTOR

ISBN 978-989-693-052-3



9 789896 930523

LIDEL

www.pactor.pt

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

Coordenação: Ana Isabel Sani | Sónia Caridade

Práticas de Intervenção na Violência e no Crime

Coordenação:

Ana Isabel Sani | Sónia Caridade

PACTOR